

SEMINARIO LATINOAMERICANO

**Teoría y política sobre asentamientos
populares**

Buenos Aires, 19, 20 y 21 de abril de 2018

Mesa temática "**Participación en el marco de políticas de intervención en
asentamientos informales**"

Coordinadores (indicar nombre(s) y apellido(s))

**O Projeto Urbanístico Comunitário da
Ocupação Esperança:
uma experiência autogestionária de construção
do território**

Carolina Laiate



O PROJETO URBANÍSTICO COMUNITÁRIO DA OCUPAÇÃO ESPERANÇA:

uma experiência autogestionária de construção do território

Carolina Laiate
Arquiteta urbanista graduada pela FAUUSP
carolina.laiate@gmail.com

RESUMO

O presente artigo pretende abordar a produção do território em sua dimensão política através da ação coletiva de construção da Ocupação Esperança, composta por cerca de 500 famílias de trabalhadores urbanos da região (Osasco|SP|Brasil), a qual é organizada por um movimento social urbano brasileiro (Luta Popular). Hoje caracterizado como uma ocupação informal, a Ocupação Esperança existe há mais de quatro anos e surgiu no contexto das Jornadas de Junho, manifestações políticas que abalaram fortemente o cenário político brasileiro em 2013. A experiência a ser analisada pelo presente artigo se refere ao processo de formulação do projeto urbanístico comunitário da Ocupação Esperança e de sua implementação, o qual é desenvolvido por um grupo de arquitetas mulheres e grupos de trabalho de moradores. Após um episódio de incêndio, em que metade da ocupação foi consumida pelo fogo, os moradores decidiram que reconstruiriam o seu bairro de maneira organizada e planejada, assumindo um novo lugar no diálogo político com a municipalidade, a qual ignorava a existência e as necessidades dos moradores. Este processo, que se iniciou em setembro de 2016, suscitou muitas questões de âmbito técnico, teórico e político, uma vez que não temos à disposição experiências recentes com o mesmo grau de experimentação técnica, de comprometimento autogestionário e de contraposição ao engessamento político do movimento social.

Palavras-chave: movimento social, ocupação territorial urbana, autogestão, Jornadas de Junho

Introdução e contextualização do dissenso urbano

O ano de 2013 cumpriu um papel decisivo no curso da política brasileira e para as movimentações que se apresentaram em diversos pontos do país nos anos subsequentes, ao explicitar que o horizonte político da gestão de conciliação de classes atingira um limite, e este limite tem rebatimentos e motivações nas condições de vida nas cidades brasileiras. Na primeira década do presente século, as gestões municipais de orientação neoliberal conservadora pouco atentaram para a precariedade na qual a vasta maioria das cidades brasileiras se aprofundava, com imensos déficits habitacionais, graves problemas de circulação e transporte e carência de espaços de lazer, estando a sociabilidade urbana condicionada sob o imperativo da lógica generalizada da produção das mercadorias. Nada de inesperado há nesta constatação, uma vez que não é novidade que a produção capitalista no Brasil manifeste a submissão do trabalho ao capital de modo bastante radicalizado também na produção do seu espaço (urbano). No entanto, o fato do Partido dos Trabalhadores (PT), um dos maiores partidos de esquerda da América Latina, exercer o poder federal durante este período de acirramento das tensões sociais urbanas e do aprofundamento do empobrecimento na vida das cidades conferiu um caráter específico para a irrupção social.

A gestão petista da máquina pública federal teve seu início em 2002 e adotou desde este início o “pacto de classes em nome do crescimento capitalista como condição prévia para enfrentar as demandas sociais” (IASI, 2013:45) como forma política de gestão do Estado. O crescimento econômico brasileiro deste período teve como impulsionadores os incentivos federais para o aumento da produção e consumo automobilísticos e da construção civil. Ambos com grandes impactos no espaço urbano, o segundo foi capitaneado principalmente pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), responsável pelo financiamento de infraestrutura de transporte e circulação, de geração e distribuição de energia, infraestrutura social urbana e urbanização de favelas, e pelo PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida), pacote lançado em 2009 pelo governo Lula com a finalidade de construir novas moradias em larga escala, em enfrentamento à crise econômica mundial através de investimentos no setor da construção civil. O programa foi o responsável por edificar mais de 4 milhões de novas e subsidiadas habitações em áreas urbanizadas.

Os generosos fundos públicos disponibilizados para investimentos em construção ficaram – em larga medida – restritos às empresas privadas do setor da construção, incorporação e financiamento, os quais compõem o circuito de financeirização e produção de valor do atual contexto capitalista. A gestão dos recursos ficou destinada à uma instituição financeira de articulação federal, a mesma instituição que é responsável pela aprovação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, pela atribuição de pertinência aos empreendimentos, pela negociação entre as partes interessadas, pela gestão dos acordos financeiros. A forma como o programa foi desenhado apresenta a forte característica de não privilegiar a esfera municipal como instância responsável pela mediação dos conflitos que se configuram nas cidades. Do mesmo modo, a formulação do programa também não privilegiou as experiências auto-organizativas dos movimentos sociais e das comunidades que constituem



experiências fundadas nas relações sociais e com o próprio território (FIX; ARANTES, 2009). O programa também não abarcou modalidades de reforma e requalificação de edifícios existentes como forma de apropriação pública dos muitos imóveis particulares vazios e sem uso nas cidades brasileiras (que o Censo realizado pelo IBGE em 2010 apontou como sendo superiores ao déficit habitacional no país), de modo que a construção “do zero” se forjou como a única alternativa de uso dos recursos.

Este arranjo jurídico-político resultou na construção indiscriminada pelo território brasileiro sem qualquer consideração com as condições territoriais e urbanas e seus respectivos contextos sócio-culturais, sem um engajamento com o controle público do uso do solo e uma estratégia pública na distribuição da terra urbana e sem o envolvimento político das comunidades historicamente envolvidas com a luta urbana por moradias e direito à cidade. A alta e repentina inundação de recursos no mercado de construção e imobiliário levou a um aumento significativo na dinâmica econômica imobiliária, conduzindo a um aumento de preço extraordinário no preço da terra urbana, chegando à taxa de 220% no município de São Paulo entre 2008 e 2015 (MARICATO, 2013). Juntamente a esta situação calamitosa proporcionada pela transformação desenfreada dos espaços da cidade em meros valores de troca, a rarefação de investimentos no fortalecimento de uma noção pública acerca da saúde, educação e produção cultural permitiram um avanço das gestões privatizadoras em direção dos serviços sociais.

Por uma vida sem catracas

Frente ao aumento dos conflitos sociais durante a década passada, os quais emergiram através de comunidades indígenas e ribeirinhas em estado de despejo por conta de grandes obras, entre comunidades urbanas e proprietários de terra, entre grupos políticos e as diversas instâncias de governo, o Estado passou a intensificar o uso da violência através de forças repressivas policiais no enfrentamento dos conflitos deflagrados. Foram inúmeras as ofensas perpetradas por parte do Estado em uma crescente de violência através de todas as suas esferas de poder, com o intuito claro de desmobilizar e criminalizar qualquer tipo de levante contra o encaminhamento político que se consolidava no país.

A situação de precarização da vida associada ao processo de docilização e burocratização da esquerda brasileira ao longo do processo de institucionalização das pautas sociais dentro de uma perspectiva de conciliação de classes, levou a juventude a retomar os espaços de construção política que fossem mais próximos da vida cotidiana das cidades. Os trabalhos de formação política em escolas, em bairros periféricos, em associações culturais, gerou uma aglutinação de atores sociais em torno das questões relativas à reprodução da vida e suas vinculações com a produção do espaço. Foi este movimento que retomou a ação direta como tática política na disputa da cidade, através de manifestações culturais e da consolidação de espaços de formação, os quais reverberaram para além de si mesmos. Sob a égide da premissa do “uso da cidade como arma para sua própria retomada” (MPL, 2013:16), o Movimento Passe Livre encabeçou o ciclo das maiores manifestações que existiram

no Brasil desde o início da década de 1990, revitalizando o sentido político da autogestão popular na vida urbana.

Com a pauta única da revogação do aumento da passagem do transporte público, o movimento foi capaz de mobilizar camadas da sociedade que se afetavam tanto pelo alto custo de um transporte de má qualidade quanto pela necessidade de mudar os termos do debate acerca do sistema de transporte e sua importância para a vida das cidades. Em suma, as manifestações de junho engendraram uma mudança do olhar da sociedade para o sistema de transporte em sua dimensão política; a falta de comprometimento do Estado com a vida pública da classe trabalhadora foi colocada em xeque. A responsabilidade do caos social e do caos urbano foi finalmente atribuída a um Estado que esteve historicamente engajado com a manutenção e aprofundamento dos benefícios de uma elite rentista, patrimonialista e violenta em detrimento de uma abrangência social mais ampla. As manifestações se alastraram pelo país, mobilizando grandes contingentes Brasil afora. A sensação compartilhada e vivenciada neste momento foi a de que algo novo e diferente não só era possível e necessário, mas que um novo tempo estava se abrindo entre nós.

Foi neste contexto que os primórdios da Ocupação Esperança se configuraram. O movimento social Luta Popular mantinha relações com os movimentos de cultura de Osasco, um dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo com altos índices de assentamentos informais, precariedade habitacional e criminalidade urbana. Foi através de uma ocupação de terra feita por moradores da zona norte do município, uma das mais empobrecidas e favelizadas da cidade, que se deu a aproximação entre o movimento social e o grupo de moradores. Esta primeira ocupação, realizada em terreno pertencente à prefeitura de Osasco, sofreu um despejo imediato, forçando as famílias em condição de extrema carência a buscarem uma outra alternativa. A solução encontrada foi ocupar um terreno particular, desocupado havia mais de trinta anos, com cerca de 40 mil m² de área na região norte do município, em zona de interesse ambiental e próximo a muitas grandes empresas de logística de transporte.

Imagem 1 – os primeiros dias da Ocupação Esperança



Fonte: arquivo Luta Popular.

A ocupação é formada por cerca de 500 famílias de trabalhadoras e trabalhadores da região que precisaram ocupar um terreno pela ausência de condições sociais suficientes para manter todos os aspectos de sua reprodução garantidos. Os baixos salários, os subempregos, a rotatividade de postos de trabalho e o desemprego conformam a maior parte das experiências das relações de trabalho dos moradores. A significativa valorização fundiária que teve seu pico no ano de 2010 na maior parte das cidades brasileiras, contribuiu enormemente para a configuração de situações de despejo e impossibilidade de sustentar o pagamento do aluguel por muitas famílias como estas que são ocupantes da Esperança.

Inicialmente, a relação entre o Estado e os moradores e o movimento se deu através da Guarda Civil Metropolitana, da Polícia Militar do Estado de São Paulo e do poder judiciário, acionado pelo proprietário para a execução de um pedido de reitegração de posse do terreno. A municipalidade se recusou ao diálogo com os moradores no sentido de arranjar alguma solução possível para a situação daquelas famílias em condição de déficit habitacional. A situação de informalidade habitacional era então agravada pela relação de informalidade no não-diálogo estabelecido com o município, o qual não entendia a condição daqueles habitantes afetada pela ação municipal. Muita resistência por parte dos moradores precisou ser feita para que então pudesse ser aberto um canal de diálogo junto ao poder executivo a fim de se considerar possibilidades de soluções para a condição de necessidade nas quais os trabalhadores se encontram e que, ao mesmo tempo, garantisse a permanência no terreno até que as negociações se efetivassem.

Juntamente ao processo de negociação, os moradores constituíam a vida cotidiana no terreno ocupado, através da construção das casas, comércios, espaços coletivos destinados às reuniões, eventos e atividades de todo tipo, dos espaços livres para o lazer e estar, das infraestruturas necessárias de água, esgoto e energia elétrica. Conforme o tempo da negociação passava sem que qualquer solução definitiva fosse

engendradora, o tempo da vida também se desenvolvia, assim como as relações de companheirismo, solidariedade, vizinhança, em meio a um trabalho coletivo através do qual os moradores eram os sujeitos da transformação do espaço. Em setembro de 2016, ano de eleições municipais no Brasil, a prefeitura de Osasco emitiu um decreto de desapropriação para fim de interesse social do terreno em questão. Este decreto levava em consideração um termo de compromisso feito entre as três esferas de poder e o movimento a fim de que se construísse um empreendimento habitacional para as famílias dentro do PMCMV, o qual não avançou concretamente. Três dias após a emissão do decreto municipal, a ocupação viu quase metade de seu espaço ser queimado por um incêndio de grandes proporções e de proveniência duvidosa¹, conduzindo parte dos moradores a uma reincidente condição de fragilidade e despossessão.

Imagens 2 e 3: após o fogo que destruiu parte considerável da ocupação



Fonte: Agência Brasil

A impossibilidade de enquadramento no PMCMV – o único programa que dispunha de fundos suficientes para abarcar os elevados preços de terra urbana – e a ausência de perspectiva de qualquer investimento por parte do município ou do governo do Estado para a aquisição do terreno e construção das moradias gerou uma situação que demandava alguma resposta não convencional por parte da comunidade. Frente à ausência de medidas concretas por parte da municipalidade em direção à solução do problema, a ocupação e o movimento tomaram a decisão política de permanecer no terreno em que já estavam e reconstruí-lo a partir da experiência auto-organizativa desenvolvida até então. Os três anos de construção coletiva do bairro antes do incêndio conferiram à coletividade dos moradores uma experiência autogestionária na resolução de conflitos internos e nos processos de decisão dos rumos a serem adotados pela ocupação na relação com o poder público e com demais agentes envolvidos no processo. A aposta no processo autogestionário surgiu então à partir de uma necessidade objetiva de responder à demanda de reconstrução do espaço destruído pelo fogo e de organizar um espaço que se constituiu com muita

¹ Conforme reportagem jornalística realizada pelo The Guardian, existem evidências de que o incêndio tenha sido intencionalmente provocado por possíveis interessados em expulsar os moradores da área.

precariedade e dificuldade a partir da omissão do Estado na resolução da provisão habitacional.

O processo de projeto

A destruição de quase a metade das casas da ocupação foi encarada pelo movimento e pelo coletivo de moradores como uma possibilidade de alterar as escolhas políticas que estavam sendo sustentadas até então. A decisão pela reconfiguração e reconstrução da área pelos moradores foi encarada como uma possibilidade de se fortalecer a organização no interior do coletivo e alterar o diálogo que vinha sendo desenvolvido junto à prefeitura, o qual estava baseado na espera pela intervenção estatal. Este propósito motivou o contato com um grupo de arquitetas urbanistas, as quais contavam com experiências anteriores em processos de projeto junto à movimentos sociais.

A demanda colocada para as arquitetas foi a de que os espaços da ocupação pudessem ser reconstruídas de maneira “organizada”, de modo a se evitar futuros incêndios devido à aglomeração desordenada das casas. A primeira etapa do processo teve seu início a partir desta demanda de um projeto urbanístico em caráter de urgência que pudesse nortear a reconstrução da área que havia sido destruída pelo fogo, a qual seria realizada pelos próprios moradores. Desde este primeiro momento, a solução espacial foi determinada pelo movimento e moradores como sendo necessariamente no formato de lotes unifamiliares, por motivações organizativas e materiais, negando soluções que demandariam um modo de construção mais associativo e mais demorado. O loteamento da área foi realizado sob a forma de mutirão, com a participação do movimento social e do coletivo dos moradores na delimitação das áreas comuns, vias e áreas privadas.

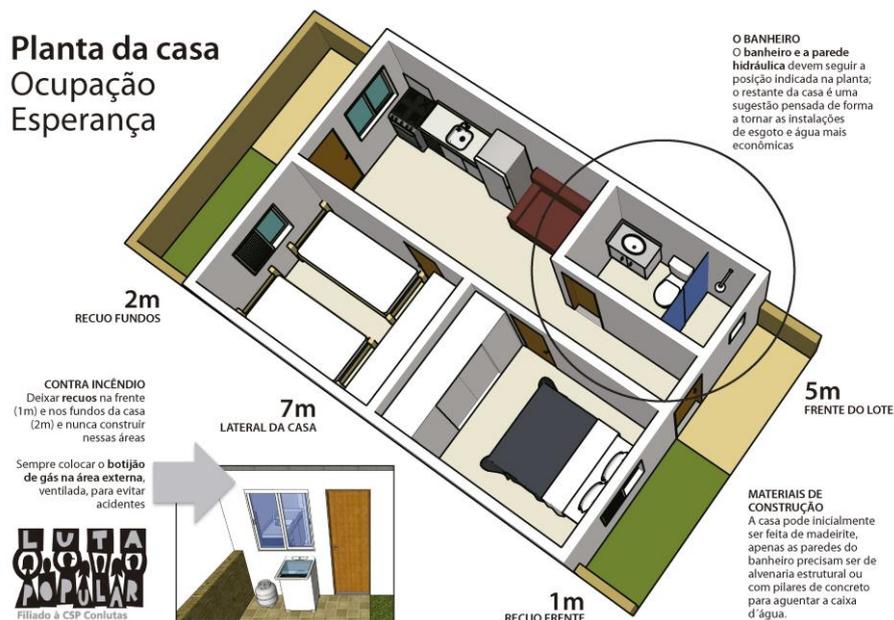
Imagem 4: imagem do processo de reconstrução da área alta do terreno após o incêndio.



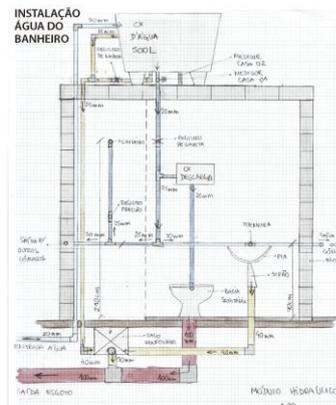
Fonte: arquivo das arquitetas

Além da proposta urbanística, as arquitetas fizeram um estudo arquitetônico para as casas, o qual partia da construção de um núcleo hidráulico na fachada da rua, de modo a racionalizar o sistema de abastecimento de água e esgoto, com menor quantidade de tubos a serem utilizados na ligação entre as casas e o sistema a ser construído no bairro. O núcleo hidráulico seria então o que identificaria o conjunto das casas como pertencentes a um sistema urbano, conectadas pela infraestrutura de água, esgoto e drenagem da área como um todo. Além do núcleo hidráulico, outros parâmetros foram estipulados neste estudo, como a necessidade de se respeitar recuos frontais e de fundo, de modo a permitir boas condições ambientais no interior do lote e evitar situações de risco entre eles. Apesar de um estudo de unidade habitacional ter sido proposta, os demais espaços da casa ficariam sujeitos às particularidades de cada morador ou conjunto de moradores, uma vez que cada família tem necessidades e condições diferentes entre si. A construção das casas se deu de maneira mais individualizada e poucas foram as famílias que levaram em consideração os aspectos propostos pelo projeto.

Imagem 5: cartilha distribuída para os moradores com os parâmetros propostos para a construção das casas.



Instalações hidráulicas da casa Ocupação Esperança



- LISTA DE MATERIAIS
- ESGOTO (BAN. COZ. LAVAND.)
2 caixas sifonadas 100x100x40
2 sifões flexíveis (p/ pia cozinha e lavatório)
1 caixa de passagem/gordura (alvenaria)
1,5 m tubulação 100mm (4")
13 m tubulação 40mm (1 1/2")
1 curva 45° 40mm
1 curva 90° curta 100mm (vaso)
3 curvas 90° curta 40mm (tanque, pia, lavatório)
- ÁGUA (BAN. COZ. LAVAND.)
4,5 m tubulação 25mm
12 m tubulação 20mm
1 caixa d'água 500 litros
1 medidor
1 registro de gaveta
1 registro de pressão
Conexões
3 sifões
1 chuveiro
1 caixa de descarga
1 bacia sanitária
1 pia para banheiro
1 pia para cozinha
1 tanque
3 torneiras
- ALVENARIA (BANHEIRO)
220 blocos
- REVESTIMENTO PISOS e PAREDES (até 1,90m de altura)
11m² de revestimento cerâmico
- 1 PORTA DE 0,60m
1 JANELA DE 0,40x0,40m (mín.)

INSTALAÇÃO ESGOTO BANHEIRO, COZINHA E LAVANDERIA



Fonte: arquivo das arquitetas.

Assim que a urgência imediata dos moradores desalojados pelo fogo foi sanada, deu-se início à segunda etapa do processo, que foi o projeto do equipamento público central da ocupação, a creche. A importância deste equipamento para os moradores encontra explicações que remetem à própria formação do coletivo dos moradores, o qual foi fortemente baseado no grupo de mulheres composto no início da ocupação, através de discussões políticas sobre o papel da mulher no enfrentamento vivenciado e nas possibilidades emancipatórias que vislumbravam. A creche aparece então não apenas como um equipamento coletivo, na porção central do terreno, mas também como um programa arquitetônico que reflete a posição no espaço público que as mulheres da ocupação pretendem ocupar. O projeto foi feito em diálogo com os moradores e contou com a colaboração de agentes externos ao grupo para a visibilização do processo, fortalecendo os laços de solidariedade entre universidade, grupos de pesquisa e a comunidade da Ocupação Esperança. Posteriormente, o projeto se mostrou potente ainda na construção de diálogo entre a Ocupação Esperança e os bairros do entorno, os quais sofrem agudamente com a ausência de equipamentos públicos de educação. A possibilidade de se construir um equipamento que seria de uso compartilhado com o seu entorno, conferiu uma potência de articulação da ocupação e o contexto territorial no qual estava inserida, e de ampliação da construção de sentido político dos processos engendrados no interior do processo militante.

Imagem 6: a maquete do projeto da creche e da praça junto aos moradores.



Fonte: arquivo das arquitetas.

Configurando o grande entrave para a destinação de verbas e ações públicas no terreno, o litígio jurídico em torno da propriedade privada reafirma e justifica a falta de envolvimento do Estado quando convocado à agência por parte dos moradores. A continuidade do projeto se deu justamente quando ocorreu uma mudança de diálogo entre a ocupação e a prefeitura de Osasco, a qual passou a adotar uma postura de abertura em relação aos possíveis encaminhamentos para a resolução dos conflitos estabelecidos quanto à posse da terra. É importante ressaltar que esta abertura do diálogo significou uma mudança de posição da parte da prefeitura do lugar de ignorância de sua responsabilidade frente ao problema colocado, o que não significa uma tomada de posição política em defesa da resolução do conflito. A postura da municipalidade foi a de estimular que os moradores se engajassem em alguma resolução de âmbito “particular”, ou seja, sem a interferência do poder público. Encampada pelo movimento social como uma aposta política na resolução do imbróglio, foi decidido que os moradores fariam uma urbanização do terreno e que após a superação da situação jurídica irregular da posse da terra, convocariam o reconhecimento da prefeitura do então bairro regularizável. A experiência de consolidação da área alta da ocupação que já havia sido loteada e, em larga medida, edificada, motivou o coletivo dos moradores a ampliar o processo para o restante da área ocupada.

Em maio de 2017, se deu início a terceira etapa do processo, através um ciclo de oficinas com grupos de moradores, compostos por crianças e adultos, militantes e moradores. A intenção das oficinas era a de conformar um campo comum de entendimento e compartilhamento acerca das questões urbanas, além de criar uma dinâmica de estímulo à criatividade coletiva à fim de realizar o projeto urbanístico da área.

Imagens 7,8,9: oficinas de projeto realizadas com os moradores e o movimento social.



Fonte: arquivo das arquitetas

Esta metodologia é baseada no conhecimento desenvolvido pelas assessorias técnicas ao longo de três décadas de produção urbana e habitacional entre técnicos e

O desafio do processo de projeto em condições tão adversas propõe algo de interessante na medida em que evoca dos trabalhadores uma tomada de posição distinta da que é historicamente ocupada por eles e socialmente lhes é destinada, a condição de meros executores desprovidos da capacidade de projetar e planejar, no sentido amplo dos termos.

Imagem 11: demarcação dos lotes no terreno à partir do projeto urbanístico. Contraste entre duas formas de ocupar, uma anterior ao projeto, outra posterior.



Fonte: arquivo das arquitetas

Há ainda uma outra dimensão intrigante neste processo de projeto, o qual diz respeito à dimensão coletiva que ele invoca, ao passo que associa a busca da solução das demandas individuais a um raciocínio sobre o todo, tornando incontornável o questionamento sobre o que relaciona cada uma das partes. Este passa a ser um ponto de distinção importante entre esta experiência e práticas de urbanização de favelas ou de promoção de projetos habitacionais pelo Estado, onde os processos em sua vasta maioria prescindem de uma noção de unidade.

A comunidade então deu início ao processo de construção da proposta realizada, fazendo com que ela esteja em constante reformulação, uma vez que o encontro radical com as condições de sua produção acaba por evocar uma reconsideração do próprio modo de projetar (CONTIER, 2010). Os mutirões coletivos de construção ocorrem aos sábados no bairro da Esperança desde setembro de 2017 e estão aos poucos colocando em prática o desejo de transformação do espaço que os moradores e o movimento social sustentam.



Conclusão

Ao longo de todo o processo, a participação do poder público nunca foi desconsiderada por parte do movimento social, o qual reivindica o engajamento do Estado na resolução dos conflitos gerados no bojo de sua própria constituição. No entanto, o movimento preserva uma autonomia quanto à relação que estabelece com a institucionalidade, em prol da manutenção das tomadas de decisão necessárias para o encaminhamento e consolidação da experiência. Parece ser bastante discernido o papel que o movimento atribui a si dentro de um processo de ampliação democrática social. Este é um aspecto relevante a ser destacado devido ao significado histórico que o processo de burocratização dos movimentos sociais adquiriu na esquerda brasileira, ao se confundirem demasiadamente com os governos e gestões públicas.

O fato da realização do projeto ser efetivada pelos moradores através de mutirões de construção e pretender ser reconhecido pelo município como área regularizável posteriormente, constitui a primeira contradição com a qual o processo se deparou. A precariedade material para a sua realização, tendo como causa e efeito o rebaixamento do custo de reprodução da vida do trabalhador (OLIVEIRA, 2006), condiciona o processo de produção deste espaço e define as possibilidades de sua efetivação. Politicamente, no entanto, existem apostas e constatações tiradas a partir deste processo que, diferentemente dos que são pautados pela municipalidade, não se dá de forma hierárquica e determinada por instâncias apartadas da vida cotidiana. Decisões sobre a largura das vias, a natureza de seu uso, a forma da tipologia urbana adotada, para citar alguns exemplos, deixam de ser questões impostas por uma lógica pré-existente e abstrata para a compreensão dos habitantes, ao contrário do que os espaços das cidades em geral transmitem, e passam a ser questões de âmbito determinável pelo coletivo que o provoca. Questões estas que passam então a se vincular com a sociabilidade desenvolvida e vivenciada pela coletividade, permeada pela experiência de formação do grupo das mulheres na vida política da ocupação, das relações dos moradores com os dos bairros vizinhos, o diálogo desenvolvido com a comunidade indígena da região, para citar algumas.

Uma segunda contradição gerada por esta primeira diz respeito à dimensão de urgência que as condições materiais precárias impõem ao processo, determinando os limites objetivos com os quais a aposta política do fortalecimento organizativo vai se deparar e conformar. A urgência se manifesta pela imediaticidade da vida, uma vez que as pessoas de fato não têm onde morar e demandam uma rápida resposta a esta situação, mas também pelo modo como social e historicamente a condição da vida pauperizada se desencontra com a própria determinação do curso da vida, impossibilitando de conformar uma outra condição que seria própria do campo do político. O processo de projeto surge então como uma aposta provocativa no deslocamento de uma condição de sujeição dos trabalhadores em sua relação com o Estado para um outro lugar ainda não vivenciado, mas que abarca outras possíveis formas de agência.

A Ocupação Esperança, em sua dimensão política, representa um esgotamento parecido com o que foi deflagrado pelas Jornadas de Junho, a qual se expressa como uma contraposição à lógica hegemônica de apropriação da cidade. A gestão dos

privilégios de uma elite rentista, patrimonialista e arcaica por parte do Estado brasileiro tem um custo muito alto na vida da maior parte dos moradores das cidades, fazendo com que a distribuição dos espaços urbanos afete diretamente a saúde psíquica e física do corpo social. Em nota publicada dias após o surgimento da ocupação, uma militante do movimento Luta Popular contextualizou a motivação da ação:

A cidade que vivemos é injusta, desigual, com o medo desenhado em seus muros e grades, com o genocídio estampado nos quepes e fardas, com lindas famílias estampadas em jornais de venda de imóveis que se aconchegam debaixo de mendigos friorentos nas calçadas. A cidade que vivemos tem mais casas vazias que pessoas a procurar abrigo – e fecha os olhos. A cidade que vivemos fez da terra – símbolo da geração da vida – a mercadoria que simboliza a escravidão dos pobres. A cidade que vivemos transformou a palavra participativo em piada, a palavra violência em cotidiano, a palavra humano em carnes enlatadas no transporte público que engorda milionários.

Sim, nós ocupamos!

E dizemos em ações, que não queremos cercas, que não queremos medo, que não queremos grades, que não aceitaremos genocídios, que nos levantamos contra a venda de nossas vidas e sonhos.

O processo através do qual os moradores da Ocupação Esperança decidiram experimentar a produção do território em que estão inseridos está repleto de contradições e encontra grandes desafios em meio à lógica de produção e apropriação do sujeito neoliberal. No entanto, ao que tudo indica, junho de 2013 abriu um novo campo de possibilidades ao desnudar a falência absoluta do que já estava obsoleto, e a construção de um novo corpo político responsável pelas transformações sociais mais profundas ainda está para ser gerada (SAFATLE, 2016). Neste sentido, a inspiração coletiva necessária para a condução de um processo que possa instigar outra compreensão de seu papel social no espaço urbano, pode ser uma aposta válida no campo do político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barcelos, I; Viana, N. *Revealed: fires in São Paulo favelas more likely on higher-value land*. Recuperado de: <https://www.theguardian.com/cities/2017/nov/27/revealed-fires-sao-paulo-favelas-higher-value-land>

Contier, F. (Org.) (2010) *A história da arquitetura vista do canteiro: três aulas de Sérgio Ferro*. São Paulo: GFAU.

Coletivo Usina (Org.) (2016). *USINA: entre o projeto e o canteiro*. São Paulo: Aurora.

Fix, M; arantes, P. (2009) *‘Minha Casa Minha Vida’, o pacote habitacional de Lula*. Recuperado de: <http://www.correiocidadania.com.br/content/blogcategory/66/171/>

Iasi, M. (2013). IN: _____. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo

Maricato, E. (2013) *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular.

MPL. (2013) *Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo*. IN: _____. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo

Oliveira, F. (2006) *O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil*. IN: Novos Estudos CEBRAP, pp 67-85.

Safatle, V (2016). *Quando as ruas queimam: manifesto pela emergência*. São Paulo: N-1

Silvestre, H. *Ocupação Esperança: A Reforma Urbana e a Cidade que queremos não cabem no "Minha Casa, Minha Vida"*. Recuperado de: <http://cspconlutas.org.br/2013/08/ocupacao-esperanca-a-reforma-urbana-e-a-cidade-que-queremos-nao-cabem-no-minha-casa-minha-vida-por-helena-silvestre/>